



**Eixo:** Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

**Sub-eixo:** Antirracismo e Serviço Social.

## DESÍGNIOS DA LUTA ANTIRRACISTA: ENTRE A IDENTIDADE E A REVOLUÇÃO?

DIOGO JOAQUIM DOS SANTOS<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho intenta problematizar o que seria uma perspectiva política particularista e como entendimento permeia algumas concepções da luta antirracista. Busca-se ainda chamar a atenção para o imbróglio existente no embate do movimento negro com os movimentos de esquerda. Nessa relação, perduram, por um lado, uma compreensão equivocada sobre a emancipação social, por outro lado, uma acusação de identitarismo que carece de maior argumentação. Em forma ensaística, esta reflexão compõe tese em andamento acerca da proposta ideopolítica 'pós-moderna' e suas expressões no interior da luta contra o racismo.

**Palavras-chave:** Particularista; Luta antirracista; Emancipação Social.

**Abstract:** This work tries to problematize what would be a particularistic political perspective and how this understanding permeates some conceptions of the antiracist struggle. It also seeks to draw attention to the confusion existing in the clash of the black movement with left-winger movements. In this relation, on the one hand, a misunderstanding of social emancipation persists, on the other hand an accusation of identity that needs further arguments. In essay form, this reflection composes an ongoing thesis about the 'postmodern' ideopolitical proposal and its expressions within the fight against racism.

**Keywords:** Particularistic; Antiracist Struggle; Social Emancipation.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca problematizar o que, de fato, caracteriza uma perspectiva política particularista sobre o racismo e de que forma a condução dessa perspectiva provoca um revés na luta antirracista, sendo esse um debate necessário e que tem aflorado no embate político com a esquerda, tanto entre acadêmicos como na atividade dos movimentos sociais, com desdobramentos sérios para o conjunto da luta.

Inicialmente, torna-se preciso elucidar em que termos essa discussão se coloca, especialmente em razão de dois aspectos centrais: o primeiro deles, a necessária crítica ao possibilismo e sua fonte filosófica 'pós-

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <diogo.jsan@gmail.com>

moderna' – que integram ideologicamente diversas faces do pensamento de direita –, os quais se opõem de variadas formas à necessidade da luta anticapitalista, em geral valorizando um conteúdo mais particular e do âmbito da cultura na relação entre negros e brancos, como um artifício para apontar o norte do reformismo; o outro aspecto, uma confusão recorrente, que parte em geral da esquerda, na qual a crítica ao chamado 'viés identitário' tende a banir da atividade revolucionária toda manifestação particular de antirracismo, sem análise do contexto e do processo sociais nos quais estão inseridas tais manifestações, portanto, sem superar – do ponto de vista teórico e também da práxis –, a fragmentação da luta antirracista no interior da classe trabalhadora brasileira.

Vale ilustrar ainda como esse tema é de amplo interesse da direita mais conservadora, reacionária, pois no momento de crise sistêmica do capital (NETTO, 1995) a sua crítica se torna, por vezes, ainda mais aguda e sorrateira que a via 'pós-moderna'. Isso pode ser visto no momento atual em que o antirracismo, ao compor-se com elementos atrelados à luta anticapitalista – algo que tem ganhado grandes dimensões, sendo perceptível, por exemplo, nas recentes manifestações do Black Lives Matter internacionalmente (o que será tratado mais à frente) –, deve combater a resposta retrógrada de que “Os antirracistas deveriam pensar duas vezes antes de se aliar ao socialismo”<sup>2</sup>, e nesse rol de injúrias ganham espaço diversos outros ecletismos e mitos, que atribuem a culpa desse estado das coisas geralmente a Karl Marx. Algo primordial para se realizar uma crítica contundente é levar em conta, portanto, esse movimento da realidade.

A importância desse estudo no Serviço Social, por sua vez, se dá pelo modo como a temática do antirracismo tem proporcionado reflexões profundas e necessárias para o debate da profissão. Atualmente, é notável a forma pela qual as discussões sobre a questão racial no Brasil provocam reflexões de caráter teórico e metodológico para as intervenções profissionais realizadas por assistentes sociais, algo que tem despontado na produção

---

<sup>2</sup> Título de artigo do Gazeta do Povo. Vide TUPY, M. L. **Os antirracistas deveriam pensar duas vezes antes de se aliar ao socialismo**. Gazeta do Povo, Ideias, 07 Dez. 2017.

acadêmica do Serviço Social no direcionamento da luta da categoria das (os) assistentes sociais em seu conjunto pela igualdade.

Essa condição diz respeito à necessária compreensão da formação sócio-histórica brasileira e do racismo como meio de legitimação ideológica, política, material das formas de opressão e exploração das sociedades de classes, entendendo-o como constitutivo do capitalismo, também com aspectos subjetivos particulares e profundos em termos de relações sociais.

Não obstante, considerando a dimensão ética e política do tema, este estudo se justifica na área do Serviço Social, devido à relação histórica e necessária construída pela categoria das (os) assistentes sociais ao longo dos processos de lutas sociais da classe trabalhadora brasileira (ABRAMIDES, DURIGUETTO, 2014).

O ensaio que aqui desenvolvo, ademais, constitui-se em parte integrante de pesquisa teórica de doutorado em andamento na área do Serviço Social, sendo uma reflexão que compõe a tese mais ampla de que os argumentos de interpretação do racismo da chamada 'pós-modernidade' inscrevem um projeto político que não coaduna com os interesses de uma perspectiva antirracista, de fato, emancipatória.

## 1. **ANTIRRACISMO E ANTICAPITALISMO:** algumas divergências históricas

A relação entre luta antirracista e luta anticapitalista no Brasil é imbricada. Devido a isso, diversos aspectos históricos marcam essa relação. Como nos coloca Martins (2017), esse vínculo não é uma discussão 'especulativa', mas um processo real, no qual se inserem diversas estratégias de luta conjunta.

Importa-nos e muito, nesse sentido, chamar a atenção para alguns pontos centrais da transição abolicionista e a elaboração progressiva do 'mito da democracia racial' durante o período subsequente, afinal, essa investida racista histórica foi também um elemento constitutivo da dominação burguesa, uma manifestação claramente de direita, elitista, que revela um profundo incômodo e aversão ao aumento de trabalhadores negros ano após ano.

Se a inferioridade dos negros não deveria ser atestada em todos os âmbitos da vida social pela via inescrupulosa, diretamente racista e em defesa das elites, como o fazia Oliveira Vianna, isso deu lugar à emergência de um posicionamento ‘meio termo’, supostamente capaz de equalizar essa relação em apelo às características que valorizariam a cultura negra, frente ao processo de transição do escravismo para o trabalho ‘livre’. Diversos desses ideais se apoiaram em estudos que não contribuía na desmistificação das relações entre negros e brancos, como o fez, por exemplo, Gilberto Freyre (2003). Mas o conhecido ‘mito da democracia racial’, essa pretensão ideológica de ‘disfarce’ das relações sociais, da violência e do racismo como um todo – na qual se afirma a identidade brasileira enquanto ‘equilibrada’ na relação entre os indivíduos negros e brancos, pela qual ambos oprimiriam e ambos seriam benevolentes –, recorre a alguns aspectos culturais específicos da cotidianidade da relação entre brancos e negros e teve o papel de dissociar tais aspectos culturais de um processo em curso na publicação daquelas obras: a luta que se empreendia contra o racismo, que existia desde o período pré-abolição e que engrossava nos primórdios da classe trabalhadora brasileira no primeiro quartel do século XX.

Daí o caráter de não apenas ‘velar’ o que, de fato, ocorria na vida cotidiana do período escravocrata e posteriormente, mas também revela utilidade em se colocar ‘panos frios’ sobre a identidade negra revoltada, contestadora do racismo. As negras e negros trabalhadores que jamais encerraram sua luta contra o racismo, agora não precisariam compor uma luta classista, já que o Brasil, com sua ‘vantagem mestiça’ sobre outras nações, estaria no caminho do progresso. Como aparece em *Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil* (2013), o referido mito e seus diversos elementos culturais racistas foram fundamentais na fragmentação da classe trabalhadora em sua totalidade.

Para além dessa investida, que tratava de neutralizar a recepção da luta antirracista no interior da sociedade brasileira, a condição dessa luta foi ainda de isolamento com relação ao pensamento de esquerda, que em sua constituição mostrava evidente compromisso com o stalinismo. Como nos

aponta Farias (2017), o marxismo no Brasil 'já nasceu degenerado sob a égide da vulgata stalinista que contaminou e predominou no esquematismo analítico da esquerda brasileira até 1960'.

Ora, a perspectiva que sustenta a 'diluição' dos interesses das negras e negros trabalhadores em prol dos interesses de uma 'causa maior', não leva em consideração as particularidades do racismo na vida dos indivíduos dessa classe, ademais, supõe que a todas as formas de alienação seriam imediatamente superadas com o socialismo. O que ocorreu, então, do ponto de vista da questão racial, foi a confirmação daquele estado das coisas, a confirmação do 'mito da democracia racial'.

Tal concepção, Farias (2017, p. 404) entende que foi permeada pela condição na qual foram conduzidos os estudos de esquerda no país, com amplo protagonismo de indivíduos integrantes de extratos burgueses emergentes ou para os quais notadamente as contradições de 'raça' não seriam um aspecto tão fundamental na vida dos seres sociais como as contradições de classe. Obviamente que isso não se deu de forma unívoca, já que houve e há pesquisadores brancos de fato comprometidos com a questão racial brasileira, porém a ausência, invisibilidade, impossibilidade dos estudos conduzidos pelas negras e negros da classe trabalhadora favoreceu a existência de uma hegemonia nos direcionamentos ideopolíticos das análises históricas.

Daí um aspecto central no embate do movimento negro com os movimentos de esquerda: a ideia de socialismo ali presente e ainda muito forte na atualidade tem essa marca de grande apelo às questões ditas como 'de classe' em prioridade frente às demais questões pertinentes da vida social. Entende-se, com isso, o preconceito e a discriminação como aspectos restritos à prática opressora da burguesia (FARIAS, 2017), sem relação com a dimensão psicossocial perversa do racismo no interior da própria classe trabalhadora.

Então, como essas categorias da realidade se relacionam? Penso que elas devem ser mais bem consideradas. Obviamente que tais práticas racistas favorecem a ordem burguesa, desde a centralidade da discriminação

no mercado de trabalho brasileiro à evidente formação de espaços de isolamento nos quais inexistem indivíduos negros, isso é visível, tanto que há uma relação clara entre preconceito, discriminação e trabalho alienado. Ademais, dada a centralidade da alienação do trabalho nas determinações mais gerais da vida social dos seres sociais, impõe-nos pensar que discriminação e preconceito são marcas constitutivas dessa forma de sociabilidade capitalista e racista. Porém, não significa que discriminação e preconceito automaticamente deixariam de existir sob a égide de um igualitarismo abstrato, senão como processos sociais concretos de uma sociedade que luta pelo fim de tais práticas, com suas ideologias, em prol de um igualitarismo também concreto.

Esse descompasso, na literatura da luta contra o racismo pode ser visto nos registros de Abdias do Nascimento (1982), segundo o qual a luta classista na década de 60 teria se apropriado de aspectos europeus, os quais não contemplariam as particularidades do racismo no ordenamento geral da sociedade brasileira. Porém, a crítica de Nascimento (1982) carece por não apontar as inconsistências de uma esquerda equivocada, que contradiz seu próprio princípio enquanto perspectiva emancipatória ao isolar aqueles que sofrem diretamente as mazelas da sociedade capitalista, aprofundadas pelo racismo em todas as esferas da vida social. Decorre disso, uma espécie de via que sugere que o pensamento de esquerda não seria do interesse das negras e negros. Assim, apontou Nascimento (1982, p. 96-97) que

Em nome da 'ciência' pregam uns o luso-tropicalismo, outros, a miscigenação, como formas tradicionais de solução do problema. Em verdade o que pleiteiam é a branquificação. Quando abandonam ponderações desse teor deslocam o fundamental da questão no sentido de encaminhá-la para a luta de classes. Outro equívoco, para não dizer uma nova impostura.

O que sustento aqui, no entanto, é que as particularidades de classe e do racismo consubstanciam-se, de tal forma que são indissociáveis, com aspectos que se permeiam. Com isso, não se trata de julgar o protagonismo político do referido autor, que se esforçava na organização da autodefesa da população negra frente às investidas racistas da elite branca no Brasil; nem

mesmo se trata de um julgamento sobre seu compromisso com a luta pela igualdade, em um momento histórico no qual conquistas democráticas e na esfera do direito burguês eram inexistentes, mas o questionamento central diz respeito à possibilidade de quebra do vínculo entre a luta contra o racismo e a luta de classes como via para a igualdade.

Tal 'volatilidade' da ação política apartada da luta de classes, entendida como luta pela igualdade formal, foi mais tarde criticada por Moura (1983), mas aqui se trata de identificar o modo pelo qual o contexto posterior e mais recente no qual se inscreve o pensamento 'pós-moderno', possui marcas mais sérias, aviltantes em termos de teoria social, com as quais o possibilismo se apresenta de forma metodológica, antimaterialista por essência.

## **2. PENSANDO DUAS, TRÊS, QUANTAS VEZES FOREM NECESSÁRIAS**

Se a cisão 'raça' e 'classe' é reafirmada em diversos setores da esquerda brasileira, impõe-nos pensar de que forma essa cisão também se dá em setores da luta antirracista.

Um arcabouço teórico se desenvolve, nesse sentido, intensificando-se na década de 1970 internacionalmente e pós 1990 especialmente no Brasil, com diversas análises que valorizam a existência de uma sociedade atualmente 'pós-moderna', supondo que suas contradições centrais agora transporiam as categorias antes analisadas na teoria social marxiana e pela tradição marxista.

Sua emergência tem relação umbilical com o processo mais intenso de crise estrutural do capital, possuindo como marca uma nova forma de irracionalismo, sendo, segundo Harvey (2008), um dos produtos ideológicos da percepção da vida em meio a um processo de corrosão de sua estruturação fundamental para o advento de um processo de maior intensificação da exploração, da difusão de capitais e ao mesmo tempo de sua maior centralização na posse de um grupo sempre mais restrito, da reestruturação das formas de ação pública por parte do Estado em torno de políticas neoliberais e o decorrente esgotamento do estado de bem-estar social

européu, ou seja, uma série de ataques à classe trabalhadora no mundo e às políticas estatais estruturantes, fruto de conquistas históricas desta classe.

Nos seus efeitos mais subjetivos sobre as ciências, fundava-se o que se conheceu, segundo Farias (2017, p. 410), por

virada linguística, momento este em que prevaleceu uma orientação para as ciências humanas de forma geral na apreensão dos signos, significados, sentidos, representação, etc. Esses escritos partiam do rechaço ou da negligência ao trabalho, economia política e da totalidade como fenômenos e categorias de análise. Ao invés das relações sociais de produção, entraram as relações de poder; no lugar do trabalhador veio o oprimido e suas derivações. Em suma, o mundo virou um teatro onde os atores sociais devem ser protagonistas e representarem suas agruras e resistirem ao invés de revolucionarem as relações de produção e, conseqüentemente, o modo de produzir a vida.

Como artifício para um posicionamento que se opõe ao entendimento materialista da vida social e de uma perspectiva de totalidade – acusando-os, nos termos ‘pós-modernos’, de formas ‘totalitárias’ da ‘alternativa moderna’, presente nos estudos de Lyotard (2009) –, recorre-se a um pseudocientificismo com o qual toda particularidade do real seria um campo de infinitas conexões, portanto, de infinitas possibilidades, bem como de possibilidades emancipatórias diversas e múltiplas.

Essa flexibilização de categorias (HARVEY, 2008) da teoria social marxiana, ademais, adentra o campo do possibilismo e do ecletismo, justificando-os como formas de pluralismo. Ora, que o pluralismo deve ser respeitado isso é um fato, no entanto, é preciso problematizarmos quando se pretende que a ideia de pluralismo seja isenta de perspectivas políticas, supondo um campo neutro da ciência, o que caracteriza, na verdade, um argumento não crítico sobre as investidas do pensamento de direita. Afinal, qual seria o compromisso político de uma ciência que se supõe neutra, contemplar ao mesmo tempo os interesses da classe trabalhadora e aqueles da burguesia? Uma irreabilidade.

Essa construção ideopolítica permeia ainda a discussão sobre as formas de resistência, especialmente quanto à entrada em cena de pensadores que se identificam com o marxismo, porém buscam por novas interpretações para explicar uma realidade diversa daquela analisada por Marx. E, na teoria

da resistência, repousa amplo número de estudos que propõem análises da realidade atual e do racismo na sociedade brasileira.

Por isso é que criticamente analiso o que concebe Santos (1999, p. 235), que em defesa de uma ideia de emancipação social 'pós-moderna' diferente da qual propõe Lyotard (2009), quando afirma que

uma das tarefas centrais da nova teoria democrática consiste na politização do espaço da produção. Numa tradição que vem de Marx, Karl Renner e de Michael Burawoy, defendi noutro lugar que a fábrica é um micro-Estado onde é possível detectar instituições isomórficas do campo político liberal, só que muito mais despóticas [...]. A evolução recente tem sido, contudo, no sentido de heterogeneizar e descaracterizar cada vez mais as relações de produção. No pólo benevolente, são detectáveis relações de produção cada vez mais horizontalizadas, **com uma convivência entre capital-trabalho que mais parece organizada segundo o princípio da comunidade do que segundo o princípio do mercado** [...] essa heterogeneidade das relações sociais de produção, que, obviamente, sempre existiu, mas é hoje mais descaracterizadora do que nunca, **torna a relação social entre capital e trabalho menos específica e a relação econômica entre lucros e salários menos definida.**

Essas afirmações impõem-nos indagar se seu conteúdo responde por uma análise concreta da realidade, já que não respondem pela condição concreta da classe trabalhadora mais pauperizada e que compõe a maioria absoluta no Brasil e no mundo. Com esse pano de fundo é que se apresenta uma concepção de emancipação social possibilista e que coaduna com os interesses da dominação burguesa. Nesse sentido, diz Santos (1999, p. 238) que

[...] enquanto futuro, o socialismo não será nunca mais do que uma qualidade ausente. Isto é, será um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, nunca se transformar em algo existente [...]. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na nova teoria democrática acima abordada. O socialismo é a democracia sem fim. Porque é uma qualidade ausente, o socialismo será tão adjectivado quanto for exigido pelas lutas democráticas. Neste momento, o socialismo será ecológico, feminista, antiprodutivista, pacifista e **anti-racista. Quanto mais profunda for a desocultação das opressões e das exclusões, maior será o número de adjetivos. O socialismo é o conjunto dos seus adjetivos em equilíbrio dinâmico, socialmente dinamizados pela democracia sem fim.**

O que podemos depreender desse trecho é há em seu conteúdo uma série de compreensões problemáticas para a teoria social. A iniciar pelo que motiva sua ideia de socialismo como a prática democrática constante, pois para essa descaracterização do que seria o socialismo (uma perspectiva de transformação concreta do capitalismo para uma sociedade comum a todos, em associação livre e organizada dos seres sociais), o autor se vale dos signos e sentidos imputados por diversas demandas particulares e reais, afirmando que sua união em torno de pautas comuns seria algo impossível sem sua supressão uma a uma, ou seja, a unidade seria composta por um conjunto de diversos, os quais não poderiam pensar numa sociedade socialista, comunista, apenas pós-capitalista.

Outra concepção que podemos depreender é o discurso do multiculturalismo, pois a práxis aparece enquanto situação ‘pensada’, somatória de realidades pensadas segundo experiências diversas, ou seja, revela-se, assim como também aparece em Santos (2007) o entendimento da cultura enquanto sendo a base da ciência social.

Nesse sentido, Frederico (2016, p.241) tem razão ao dizer que

A crítica ao “igualitarismo abstrato” tem razões para existir. Tal crítica, entretanto, conduziu o multiculturalismo a uma visão estática e essencialista de cultura e a um relativismo exacerbado que trouxe consequências problemáticas à ação política.

[...] A cultura, assim, é entendida erroneamente como uma esfera neutra acima das contradições sociais.

O que coube ao multiculturalismo, nesse sentido, foi seu exímio caráter de promover a necessidade do reconhecimento da particularidade, para isso recorrendo à hostilidade ao universalismo (MALIK, 1999). Uma forma de revolta, digamos contra um inimigo assim equivocadamente considerado.

Frederico (2016) e Malik (1999), porém, ainda não encerram esse debate, pois é preciso tomar cuidado em não incorrer no risco de suprimir a importância da particularidade no movimento da realidade. Falta complementaridade, por exemplo, na seguinte afirmação de Frederico (2016, p. 245)

No plano teórico, que ora duplica o que se passa nos movimentos sociais e ora fornece subsídios aos militantes do multiculturalismo, subjaz uma concepção de mundo que recusa o universal em nome das “micronarrativas” – **a história dos negros, das mulheres, dos gays etc. A proximidade com o pós-modernismo, no que diz respeito à crítica dos “grandes relatos”, torna inviável a existência de uma história universal por todos compartilhada** (FREDERICO, 2016, p. 245).

E essa complementaridade diz respeito à forma como o racismo consubstancia-se na sociedade brasileira, numa perversidade na qual até mesmo o acesso à história particular das culturas africanas e suas transformações em solo nacional no período escravista são negadas a toda a população, especialmente aos negros que compõem a população com menores condições de acesso a tal acervo.

É nesse sentido que ‘pesa’ para o lado mais oprimido e violentado da corrente, que haja uma ‘dose segura’ de silêncio nesse tema. Penso que a forma como isso se expressa na realidade se coloca como o maior problema a ser por nós investigado. Por exemplo, quando uma organização negra, ao assumir certo reconhecimento socialmente, domínio de algum meio de informação, reclame para si o ‘direito’ de lutar contra o racismo *apenas* enfatizando a necessidade de reformas e não de uma revolução social como pauta da questão racial. Daí, nesse caso, poder-se-ia dizer que há uma relação estreita entre a valorização do particular e certo conservadorismo de tom pós-moderno, o que gera tanto uma atuação política de revés para a luta antirracista, quanto um particularismo em termos de teoria social.

Ora, o particularismo na dita questão de ‘classe’ também deve ser por nós denunciado. Em determinados espaços, diriam alguns por um viés de ultrageneralização, que a razão única da fragmentação da classe trabalhadora seria devido aos ânimos de luta não se coadunarem contra o chamado ‘mal de todos os males’, o capital. De fato, um identitarismo placebo, ou ainda meramente contemplativo por parte de setores da luta antirracista, que não prevê a relação direta entre o racismo e as demais formas de opressão e exploração das sociedades de classes, propõe-se à manutenção dessas dimensões da vida social, supondo erradicar apenas as formas de manifestação clara de preconceito e sua ideologia pseudocientífica.

Porém, apesar do particularismo de se enaltecer contradições de 'raça' sem vinculá-los às contradições de 'classe' ser algo de grande relevância atualmente e talvez até mesmo um aspecto *central* dessa incongruência, é ele mesmo parte integrante de uma investida que favorece a conservação das relações sociais, sendo, portanto, um motivo para que o diálogo com setores progressistas ocorra e que os embates na luta conjunta se façam para avançarmos numa perspectiva mais ampla. Uma perspectiva que supere aquelas vicissitudes teóricas racistas que conhecemos por parte de uma esquerda que 'avilta' o marxismo, parafraseando Lenin em O Estado e a Revolução.

Essas e outras ponderações devem ser feitas, por exemplo, na discordância com Santos (1999), pois o fato do racismo ser constitutivo do capitalismo não o encerra no pós-capitalismo, pelo contrário. Pois pode haver outro tipo de sociedade de classes. Mas também não o encerra como forma de alienação superável com a simples 'passagem' ao socialismo. Então, os pressupostos do comunismo, é preciso dizer, o fim do trabalho alienado, da propriedade privada e das classes, dão condições *concretas* de encerramento de *diversas bases* materiais do racismo como o conhecemos e com ele sofremos hoje, o que é importante e basilar para uma sociedade que busca pela igualdade, pela emancipação humana. E ainda resta-nos estudar e investigar outras bases que, para o fim do racismo, carecem de um processo de revolução da sociedade em sua totalidade, como a educação, a saúde, a habitação.

Exatamente por isso se mostra a indissolubilidade entre luta antirracista e luta anticapitalista. Como proposto por Silva (2012, p.104)

A luta antirracista, portanto, deve ser integrada à luta contra todas as formas de alienação, uma vez que do combate restrito à alienação racial surgem alienações *sui generis*. Entre elas, citamos o ódio de negros contra brancos.

São considerações desse teor, como a feita por Silva (2012) que nos colocam em movimento para a melhor compreensão da realidade na qual

estamos inseridos, pensando as condições concretas de uma transformação social.

Uma nova forma de interpretação da realidade brasileira, nesse sentido, vem sendo apontada, sobretudo por Risério (2012) e Giannetti (2016), que causam um desconforto enorme no estado atual da luta antirracista. Suas perspectivas tratam de caracterizar, à luz do racismo na sociedade brasileira, marcas da identidade nacional. O recurso a argumentos da ‘pós-modernidade’ nos ideais de resistência presentes é algo inequívoco.

Ocorre que, a visão ‘deslumbrada’ de Giannetti (2016) frente às estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora faz confundi-las com formas de resistência, tornando a sua via de resolução das mazelas que atingem a população negra brasileira uma perspectiva individualizada, de negligência da coletividade. O ápice dessa conformação se dá quando afirma que um Brasil feito por indivíduos que não desistem de viver, viria a tornar a democracia racial uma ‘forma de vida a revelar’ (GIANNETTI, 2016, p. 172). Não seria exagero, nesse sentido, supor um vínculo estreito entre tal teoria e aquilo que propôs Santos (1999) acerca do ‘teto’ a ser buscado pelas demandas democráticas.

Risério (2012), por sua vez, ao considerar algumas denúncias por parte do movimento negro como ‘excessos’, pelos quais se sugere, por vezes, uma espécie de sentido plástico e inerte no termo ‘afrodescendência’, parte para uma crítica em nome de um ideal de país no qual a ‘mestiçagem’ teria sido responsável por relativizar a real luta antirracista, sobrepondo aspectos da cultura da luta antirracista às suas demandas materiais, à potencialidade das lutas organizadas, à resistência ao capital. O autor, nesse ponto, recorre a argumentos liberais e multiculturalistas para criticar o movimento negro.

É desse modo que

a crítica pós-moderna ao universalismo, longe de formular uma crítica à teoria racial, apropria-se, na verdade, de muitos de seus temas e reproduz os próprios pressupostos sobre os quais, historicamente, assentou-se o racismo (MALIK, 1999, p. 123).

Essa similaridade entre as teorias raciais e o multiculturalismo consubstancia-se, entre outras formas, numa espécie de resposta individualista ao individualismo. Afinal, o primeiro pressuposto aqui presente é que a ideologia do racismo é essencialmente irracionalista, útil para manter a dominação da classe dominante, do ponto de vista subjetivo e objetivo das relações sociais. Com esse fim, alude à fragmentação da classe trabalhadora e à expropriação mais intensa dos indivíduos negros desta classe por meio da discriminação do negro no mercado de trabalho e na vida cotidiana, propriamente consolidando o capital como relação social na esfera da reprodução das relações sociais (individualismo, racismo, violência).

Ademais, da luta pelo reconhecimento emergiram conflitos entre reconhecimentos particulares. O argumento multiculturalista das cotas raciais, por exemplo, prevê que, dada a discriminação dos negros na sociedade brasileira, os negros devem lutar por seu reconhecimento, sendo preciso uma política pública que aporte as necessidades dos negros. Para isso, não seria válida a luta pela universalização da educação pública, já que a questão racial não pode, afirmam, se resolvida com políticas universais. Uma forma de 'equilíbrio', 'compensação' proposta.

Desse modo, a reação conservadora imediatamente recorreu ao argumento de que a sociedade não deveria ser obrigada a 'pagar' pelos privilégios de um grupo. O que houve, na verdade, foi uma resposta individualista, em termos capitalistas, para uma atitude com fundamento no particularismo. A luta dos negros por acessos e direitos sociais imediatos foi descaracterizada, penso, no momento em que abandonou a ideia da dívida histórica que o racismo provoca e amplia, e daí a necessidade de reconhecimento em termos de presença de negros em diversas esferas de estudo e trabalho, adentrando os limites da concepção das 'desvantagens' individuais. E a ideologia do capitalismo é justamente a concorrência, o mundo das desvantagens e a busca pelas vantagens.

Os negros não obtiveram vantagens em relação aos brancos com as cotas, obviamente, já que em termos numéricos é insignificativa e também não resultou em menor esforço, menor desempenho de estudantes negros em

universidades. Nada disso ocorreu, mas também o sentido dessa proposta não foi de agregar uma luta em termos universais. Tanto que, como forma de ‘combate’ à discriminação, as cotas não provocaram o recuo na discriminação de alunos recém formados, sendo que os inseriram na competitividade.

A chave heurística nessa relação, porém, está na proposta de igualdade colocada, como nos diz Silva (2016), entendendo que deve inserir-se num processo de questionar a si mesma, questionando, ademais o capitalismo em toda sua lógica. Por isso mesmo, apesar da formação superior poder proporcionar maiores opções de trabalho, não faz sentido lutar pelas cotas sem lutar pela universalização do ensino superior, por garantias reais de uma política estruturante, como a educação, que tem sofrido ataques neoliberais em todos os seus níveis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reflexão aqui desenvolvida buscou traçar uma linha de raciocínio em torno dos pressupostos da luta antirracista, que, ao se inserir numa perspectiva emancipatória, deve problematizar categorias centrais da luta contra o capital. A discriminação do negro é, então, constitutiva do desenvolvimento do capitalismo nas sociedades de classes, de tal modo que a história do racismo confunde-se com a história da classe trabalhadora brasileira.

Desde já concebo, nesse ponto, que a cisão ‘raça’ e ‘classe’ aparece como uma estratégia ideológica da classe dominante, na sua qualidade de incitar à fragmentação da realidade social que atinge os indivíduos negros. Do mesmo modo, a esquerda brasileira historicamente não elevou a questão racial a uma bandeira central da emancipação social, provocando amplo isolamento da luta antirracista. Daí que a luta anticapitalista, por sua vez, ao desenvolver uma crítica sobre os ideais da chamada ideologia ‘pós-moderna’, carece de identificar a importância da identidade negra no movimento da luta de classes e a potencialidade da luta antirracista enquanto forma de luta contra o capital.

A crítica essencial que devemos tecer deve ir aos sujeitos reais, ativos, na certeza de que diversos aspectos particulares e de cunho identitário

não podem ficar em estado contemplativo, senão em sua expressão mais contestadora e revolucionária, compondo uma luta ampla como a luta pela emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.) **Serviço Social e Movimentos Sociais**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014
- AFONSO, D.; MATOS, D. **Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil**. Daniel Afonso e Daniel Matos (Orgs.). São Paulo: edições Iskra, 2013.
- FARIAS, M. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 398-413, jul./dez. 2017.
- FREDERICO, C. O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, p. 237-254, 2016.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- GIANNETTI, E. **Trópicos Utópicos**. Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MALIK, K. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, E. M., FOSTER, J.B. (Orgs.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- MARTINS, T. C. S. Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? **SER Social**, Brasília, v.19, n.41, p. 275-295, jul./dez. 2017.
- MOURA, C. **Brasil - raízes do protesto negro**. São Paulo: Global. 1983.
- NASCIMENTO, A. (Org). **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- NETTO, J. P. Crise global contemporânea e barbárie. In: VIGEVANI, T. et al. **Liberalismo e socialismo**: velhos e novos paradigmas. São Paulo: UNESP, 1995.

RISÉRIO, A. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2012.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. Porto: edições afrontamento, 1999.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, U. B. **Racismo e alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SILVA, W. H. **O mito da democracia racial**: um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016.